



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024

CONTRATANTE: Departamento Municipal de Educação de Munhoz/MG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA FINS RECREATIVOS/LUDICO DA SEMANA DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.452,91 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 24/09/2024 das 15:00

Até 30/09/2024 08:30

PERÍODO DE LANCES

De 30/09/2024 das 09:00 horas

Até 30/09/2024 até 15:00 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024

(Processo Administrativo n.º 247/2024)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG, CNPJ Nº 18.675.934/0001-99, por meio do SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DE MUNHOZ/MG, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 30/09/2024

Link: endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br

Horário da Fase de Lances: 09:00 ATE 15:00 horas

Tempo de duração: 06 (seis) horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA FINS RECREATIVOS/LUDICO DA SEMANA DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE MUNHOZ/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO
01	1 3,0000 LOCAÇÃO 52404 LOCAÇÃO DE FUTEBOL DE SABÃO* O futebol de sabão é uma estrutura inflável, geralmente de 12 a 15 metros de comprimento, com uma superfície escorregadia onde as crianças podem jogar futebol. O piso é constantemente molhado com água e sabão, criando um ambiente divertido e desafiador, onde o equilíbrio e a coordenação motora são constantemente testados. Faixa etária: A partir de 6 anos. Capacidade: Até 10 crianças por vez.	locação	01	R\$ 9.452,91 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos)
	2 1,0000 LOCAÇÃO 52405 LOCAÇÃO TOBOGA CRIANÇA 3 A 6 Toboga inflável e de tamanho menor, com uma altura adequada para crianças mais novas (aproximadamente 3 metros de altura), com uma rampa ampla e degraus laterais para facilitar a subida. O material é macio e colorido, pensado para atrair e divertir os pequenos, com descida suave e segura. Faixa etária: 3 a 6 anos. Capacidade: Até 5 crianças ao mesmo tempo.			
	3 2,0000 LOCAÇÃO 52406 LOCAÇÃO TOBOGA DE 7 A 12 ANOS Toboga inflável de maiores dimensões, com cerca de 6 metros de altura, ideal para crianças mais velhas que buscam uma aventura emocionante. O			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

			design inclui uma rampa mais íngreme, com degraus infláveis para a subida e uma superfície de escorregamento ampla. A descida é mais rápida e divertida, criando uma sensação de adrenalina controlada. Faixa etária: 7 a 12 anos. Capacidade: Até 5 crianças por vez.			
4	3,0000	LOCACAO	52407	CAMA ELASTICA LOCACAO Cama elástica circular, com aproximadamente 3 a 4 metros de diâmetro, onde as crianças podem pular e brincar. A estrutura é envolvida por uma rede de proteção que impede quedas, e o material da superfície de salto é resistente e elástico, proporcionando saltos altos e divertidos. Faixa etária: A partir de 4 anos. Capacidade: Até 6 crianças por vez.		

01 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA FINS RECREATIVOS/LUDICO DA SEMANA DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG,

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/21.

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1 Declaramos que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.6.2 Declaramos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

3.6.3 Declaramos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

3.6.4 Declaramos nossa responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.6.5 Declaramos o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

3.6.6 Declaramos o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1. **A partir das 30/09/2024 das 09:00 da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado às 15:00.**

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 10,00 (dez) reais.**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.4.6. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado via sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

6.1.1 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

6.1.2 Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;

6.1.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/11.

6.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site BBMNET, no site <http://www.munhoz.mg.gov.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/21.

9.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.9.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.9.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.9.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.

MUNHOZ/MG, 23 de setembro de 2024.

DORIVAL AMANCIO FROES

Prefeitura Municipal de Munhoz

RENATA SERAFIM BORBA

Secretaria de Educação

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA FINS RECREATIVOS/LUDICO DA SEMANA DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA: Em virtude da proximidade das comemorações da Semana do Dia das Crianças, que ocorrerá entre os dias 7 e 11 de outubro, no município de Munhoz/MG, as escolas municipais estão planejando uma série de atividades lúdicas e recreativas voltadas para o desenvolvimento e entretenimento dos alunos.

Considerando a importância do brincar no processo de aprendizagem e socialização das crianças, solicitamos a locação de brinquedos adequados para essas atividades, visando proporcionar momentos de diversão e interação entre os estudantes. Tais eventos contribuirão significativamente para o fortalecimento dos laços entre a comunidade escolar, além de oferecer um ambiente de celebração e inclusão para todas as crianças.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela realização de eventos no município, para tanto, existe a necessidade da aquisição da contratação de empresas especializadas na locação de brinquedos infláveis, dentre outros equipamentos, na realização de eventos em atendimento as Secretarias Municipais do município de Munhoz/MG, conforme especificação deste Termo de Referência e permitirá atender a população, com a finalidade de entretenimento e lazer, proporcionando diversão para os estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO - 1-NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Dos requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

Em resumo, os requisitos da contratação para locação de equipamentos de lazer infantil devem abranger aspectos como conformidade legal, experiência técnica, qualidade dos equipamentos flexibilidade, logística, garantia e condições comerciais, visando garantir a escolha do fornecedor mais adequado para atender às necessidades do evento de acordo com os parâmetro estabelecidos pela Lei 14.133/2021. Logo, há que se preencher os seguintes requisitos: Condição e Certificação dos Brinquedos:

Todos os brinquedos infláveis ou recreativos devem estar em perfeito estado de conservação e uso, sem furos, rasgos ou qualquer defeito que comprometa a segurança dos participantes. Devem ser utilizados materiais atóxicos e de fácil higienização, especialmente em brinquedos que envolvam contato direto com o corpo das crianças.

Montagem e Instalação dos Brinquedos:

Os brinquedos infláveis ou recreativos devem ser instalados em locais planos e de fácil acesso, respeitando as condições de segurança e distâncias mínimas de obstáculos, paredes e saldas de emergência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais, na data e horários determinados pela Secretaria Municipal de Educação antes do início do evento e deverão estar desmontados em até 2h após o encerramento do evento; Entende-se como diária o quantitativo de 24 (VINTE E QUATRO) horas por dia de contratação.

O fornecedor deve ser responsável pela montagem, inflagem e instalação adequada dos brinquedos, com o uso de todos os equipamentos necessários, como motores, bombas de ar e acessórios de fixação.

O espaço destinado à instalação dos brinquedos deve ser delimitado de maneira que permita o fluxo seguro das crianças e a supervisão adequada pelos monitores.

As instalações dos brinquedos devem ser feitas nas escolas com seguinte endereço:

* Escola Municipal Vereador José Thomas de Freitas: Av. Wenceslau Brás, 255-Centro, Munhoz/MG.

* Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Alba de Freitas: Rua Vereador José da Cunha Vasconcelos Nº 156-Centro, Munhoz/MG.

* Escola Municipal José de Moura Bueno: Zona Rural, Bairro Ribeirão Fundo - Munhoz Acompanhamento de Monitores:

Cada brinquedo locado deverá contar com 01(um) monitor responsável treinado e capacitado para garantir a segurança e o bom uso do brinquedo por parte das crianças.

Os monitores devem ser profissionais experientes e treinados em primeiros socorros, para que possam agir de maneira rápida e eficiente em caso de qualquer incidente.

Suas funções incluem:

- * Orientar as crianças sobre as regras de uso de cada brinquedo.
- * Controlar o número de participantes dentro do limite estabelecido para o brinquedo.
- * Supervisionar o comportamento das crianças para evitar situações de risco ou acidentes.
- * Garantir que os brinquedos estejam em perfeito estado de funcionamento durante todo o evento.
- * Manter a limpeza e organização da área ao redor do brinquedo.
- * O monitor deve estar devidamente uniformizado e identificado, facilitando a sua atuação e o contato com os responsáveis pelo evento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Capacidade de Atendimento:

Cada brinquedo deve possuir uma limitação de capacidade adequada ao seu tamanho e à sua finalidade. O número máximo de crianças simultaneamente em cada brinquedo deve ser respeitado rigorosamente para evitar sobrecargas e garantir a segurança.

É responsabilidade do fornecedor garantir que a capacidade de atendimento de cada brinquedo esteja clara e visível, tanto para o monitor quanto para os responsáveis pelas crianças.

Higiene e Manutenção:

Todos os brinquedos devem passar por processos de higienização completos antes do uso, especialmente aqueles que envolvem contato direto, como piscinas de bolinhas, tobogás e camas elásticas. Durante o evento, deve-se garantir que os brinquedos permaneçam limpos e livres de sujeiras ou resíduos que possam comprometer a segurança ou a saúde das crianças.

Condições de Logística:

O fornecedor deve garantir a entrega, montagem e retirada dos brinquedos no horário acordado, de forma eficiente e sem prejudicar a programação do evento.

A logística deve contemplar o uso de transporte adequado para evitar danos aos brinquedos durante o traslado, além de prever o descarregamento e instalação de maneira rápida e segura.

Seguros e Responsabilidades:

O fornecedor deve apresentar comprovantes de seguro de responsabilidade civil que cubram possíveis incidentes relacionados ao uso dos brinquedos durante o evento.

O contrato de locação deve especificar as responsabilidades em caso de falhas, incidentes ou avarias nos brinquedos, garantindo que eventuais problemas sejam solucionados rapidamente, sem prejuízo ao andamento das atividades.

Da justificativa acerca da natureza sob demanda do fornecimento:

A locação dos brinquedos para as atividades lúdicas e recreativas programadas nas escolas municipais durante a Semana do Dia das Crianças, entre os dias 07 a 11 de outubro de 2024, (datas a definir), tem caráter sob demanda devido à especificidade e temporalidade desse evento. Essa solução visa atender, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

forma pontual, a necessidade de equipamentos que proporcionem entretenimento seguro e adequado para as diferentes faixas etárias do público infantil.

A locação permite a utilização de brinquedos de alta qualidade em perfeito estado de conservação, sem a necessidade de investimentos permanentes em manutenção, armazenamento ou atualização dos equipamentos.

Além disso, a locação sob demanda oferece a flexibilidade necessária para adequar o tipo e a quantidade de brinquedos às particularidades de cada evento, garantindo a otimização dos recursos disponíveis e o melhor atendimento às expectativas e necessidades das crianças. Esse modelo também possibilita a seleção de brinquedos de acordo com o espaço físico disponível em cada escola e o perfil dos participantes, promovendo um uso mais eficiente dos recursos e uma experiência mais rica para os alunos.

Portanto, a locação sob demanda se apresenta como a solução mais prática e eficiente para a realização desse evento, alinhando-se à proposta pedagógica das atividades e ao compromisso da administração municipal de oferecer momentos de lazer e aprendizado de forma segura, inclusiva e responsável.

Crítérios e práticas de sustentabilidade:

A locação de brinquedos para as atividades lúdicas e recreativas programadas durante a Semana do Dia das Crianças nas escolas municipais de Munhoz/MG será pautada em princípios de sustentabilidade, visando minimizar o impacto ambiental e maximizar os benefícios sociais e educativos. Para tanto, foram definidos os seguintes critérios e práticas sustentáveis a serem observados no processo:

Utilização de Materiais Duráveis e Ecologicamente Responsáveis: Priorizar a locação de brinquedos fabricados com materiais recicláveis, reciclados ou de fontes sustentáveis, tais como madeira certificada e plásticos de origem reciclada. Dessa forma, reduz-se o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos.

Manutenção Preventiva e Reparos: Trabalhar com fornecedores que realizem manutenções preventivas nos brinquedos, garantindo que estes estejam em boas condições de uso por longos períodos. Isso contribui para a redução de descartes prematuros e para o prolongamento da vida útil dos brinquedos.

Minimização de Descartes e Reuso: A prática de locação, por si só, promove a sustentabilidade ao evitar o acúmulo de brinquedos que seriam subutilizados em eventos pontuais. A reutilização de brinquedos por diferentes eventos e instituições escolares reduz a necessidade de fabricação e descarte frequente, contribuindo para a economia circular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Logística e Transporte Eficientes: Adotar práticas de transporte que reduzam a emissão de gases poluentes, como a preferência por fornecedores locais ou regionais, que minimizem distâncias percorridas. O planejamento da logística também será feito de modo a otimizar as rotas e minimizar o uso de combustíveis fósseis.

Parcerias com Fornecedores Sustentáveis: Dar preferência a fornecedores que tenham compromisso com a sustentabilidade, utilizando processos de produção, locação e descarte de maneira ambientalmente responsável. Essa parceria incentiva a adoção de práticas mais conscientes em toda a cadeia produtiva, seguir esses critérios e práticas de sustentabilidade, o município de Munhoz/MG reafirma compromisso com a preservação do meio ambiente e a formação de uma cultura de responsabilidade social e ambiental, promovendo o bem-estar das crianças de forma alinhada aos princípios da sustentabilidade.

V-DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justificativa da Viabilidade: A contratação de brinquedos infláveis para as atividades recreativas durante a Semana do Dia das Crianças nas escolas municipais de Munhoz/MG é plenamente viável tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro, considerando-se os seguintes aspectos:

Relevância Social e Educativa: A iniciativa atende a uma demanda social importante, proporcionando às crianças do município momentos de lazer, diversão e integração em um ambiente educativo e seguro. As atividades lúdicas durante o evento não apenas contribuem para o entretenimento, mas também promovem o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, aspectos fundamentais no processo de formação dos alunos.

Além disso, o evento fortalece o vínculo entre a comunidade escolar, as famílias e o município, incentivando a participação e o envolvimento coletivo em atividades voltadas para o bem-estar infantil.

Viabilidade Financeira: A análise financeira da locação dos brinquedos demonstra que a contratação é viável dentro dos limites orçamentários do município. O investimento é temporário, específico para o evento, e ao optar pela locação, evita-se o custo elevado de aquisição e manutenção de brinquedos permanentes, que ficariam subutilizados ao longo do ano.

A possibilidade de parcelamento, se necessário, pode ser negociada com os fornecedores, adequando os pagamentos à disponibilidade financeira do município, sem comprometer a realização de outras atividades ou o cumprimento de obrigações financeiras.

Segurança e Logística: Os brinquedos infláveis propostos para o evento, como o futebol de sabão, tobogás e cama elástica, são amplamente utilizados em eventos recreativos, sendo soluções comprovadamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

seguras quando acompanhadas dos devidos cuidados e supervisão. A presença de monitores para cada brinquedo garante que as atividades ocorram de forma organizada, com supervisão constante, minimizando qualquer risco de acidentes.

Além disso, os fornecedores especializados contratados serão responsáveis pela instalação, manutenção e desmontagem dos brinquedos, garantindo que o evento ocorra de maneira tranquila e sem imprevistos logísticos.

Aprovação e Apoio Comunitário: A realização de atividades recreativas durante a Semana do Dia das Crianças é uma expectativa amplamente compartilhada pela comunidade local. A viabilidade do evento é reforçada pelo apoio das escolas, pais e responsáveis, que veem nesse tipo de ação uma oportunidade importante de valorização das crianças e do ambiente escolar.

Sustentabilidade e Eficiência: A escolha pela locação, além de ser financeiramente viável, também se alinha a práticas sustentáveis. A utilização dos brinquedos apenas para o evento elimina a necessidade de armazenamento, manutenção contínua e compra de novos equipamentos a longo prazo, otimizando os recursos disponíveis.

Portanto, a contratação dos brinquedos infláveis para a Semana do Dia das Crianças nas escolas municipais de Munhoz/MG se apresenta como uma solução viável e vantajosa, assegurando o sucesso do evento e atendendo às expectativas das crianças e da comunidade.

Montagem e Instalação dos Brinquedos:

Os brinquedos infláveis ou recreativos devem ser instalados em locais planos e de fácil acesso, respeitando as condições de segurança e distâncias mínimas de obstáculos, paredes e saídas de emergência.

Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais, na data e horários determinados pela Secretaria Municipal de Educação antes do início do evento e deverão estar desmontados em até 2h após o encerramento do evento; Entende-se como diária o quantitativo de 24 (VINTE E QUATRO) horas por dia de contratação.

O fornecedor deve ser responsável pela montagem, inflagem e instalação adequada dos brinquedos, com o uso de todos os equipamentos necessários, como motores, bombas.

O espaço destinado à instalação dos brinquedos deve ser delimitado de maneira que permita o fluxo seguro das crianças e a supervisão adequada pelos monitores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Acompanhamento de Monitores:

Cada brinquedo locado deverá contar com um monitor responsável treinado e capacitado para garantir a segurança e o bom uso do brinquedo por parte das crianças.

Os monitores devem ser profissionais experientes e treinados em primeiros socorros, para que possam agir de maneira rápida e eficiente em caso de qualquer incidente.

Suas funções incluem:

- * Orientar as crianças sobre as regras de uso de cada brinquedo.
- * Controlar o número de participantes dentro do limite estabelecido para o brinquedo.
- * Supervisionar o comportamento das crianças para evitar situações de risco ou acidentes.

Garantir que os brinquedos estejam em perfeito estado de funcionamento durante todo o evento

Manter a limpeza e organização da área ao redor do brinquedo

O monitor deve estar devidamente uniformizado e identificado, facilitando a sua atuação e o contato com os responsáveis pelo evento.

Capacidade de Atendimento:

Cada brinquedo deve possuir uma limitação de capacidade adequada ao seu tamanho e à sua finalidade. O número máximo de crianças simultaneamente em cada brinquedo deve ser respeitado rigorosamente para evitar sobrecargas e garantir a segurança.

É responsabilidade do fornecedor garantir que a capacidade de atendimento de cada brinquedo esteja clara e visível, tanto para o monitor quanto para os responsáveis pelas crianças.

Seguros e Responsabilidades:

O fornecedor deve apresentar comprovantes de seguro de responsabilidade civil que cubram possíveis incidentes relacionados ao uso dos brinquedos durante o evento.

O contrato de locação deve especificar as responsabilidades em caso de falhas, incidentes ou avarias nos brinquedos, garantindo que eventuais problemas sejam solucionados rapidamente, sem prejuízo ao andamento das atividades.

As instalações/locação dos brinquedos devem ser feitas nas escolas com seguinte endereço:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

* Escola Municipal Vereador José Thomas de Freitas: Av. Wenceslau Brás, 255 – Centro, Munhoz/MG.

* Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Alba de Freitas: Rua Vereador José da Cunha Vasconcelos N° 156 – Centro, Munhoz/MG.

* Escola Municipal José de Moura Bueno: Zona Rural, Bairro Ribeirão Fundo, Munhoz/MG.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [...];
- II) Data de publicação no PNCP: [...];
- III) Id do item no PCA: [...];
- IV) Classe/Grupo: [...];
- V) Identificador da Futura Contratação: [...].

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Condições de Entrega do serviço

O prazo de entrega dos SERVIÇOS é de 05 (cinco) dias corridos.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato Alex Tadashi Tagami.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a Certidão Trabalhista, CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado/previsto total da contratação é de R\$ 9.452,91 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA:

Ficha	Projeto/atividade (ação)	Natureza da Despesa	Dotações
182	Manutenção das Ações Ensino Fundamental	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	02.04.12.361.0006 2.012 33.90.39
154	Manutenção das Ações Educação Infantil PRE-ECOLA	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	02.04.02.12.365.0005 2.092 33.90.39

Munhoz/MG, 23 de setembro de 2024.

DORIVAL AMANCIO FROES

PREFEITO MUNICIPAL

RENATA SERAFIM BORBA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV– FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

Ficha Técnica Descritiva do Objeto			
Número do edital:			
Órgão comprador:			
Lote/Item	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA ou MODELO
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):			
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).			
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).			
Data:			

OBSERVAÇÃO: POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE.

APÓS A FINALIZAÇÃO DA FASE DE DISPUTA DE LANCES DE TODOS OS LOTES, OU SEJA, TODOS OS LOTES DEVERÃO ESTAR NA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, A PARTIR DO HORÁRIO DA MENSAGEM DE SOLICITAÇÃO DA PREGOEIRA, O PARTICIPANTE TERÁ 02 (DUAS) HORAS DE PRAZO PARA ANEXAR A FICHA TÉCNICA NA PLATAFORMA.